



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

PREÂMBULO

1.1 O Município de São Gonçalo através da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria Nº **021/2022** de 17 de agosto de 2022, com sede à Rua Feliciano Sodré, 100 – Centro – São Gonçalo/RJ torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade Concorrência Pública - Tipo Maior Oferta de percentual de repasse mensal sobre a arrecadação, com base no Inciso IV do Parágrafo Primeiro do Artigo 45 da Lei Federal nº 8.666/1993 e inciso II, artigo 15 da Lei 8987/95 para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Transportes, a qual será regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelas Cláusulas e condições estabelecidas neste Edital, conforme autorização do Secretário Municipal de Transportes, constante do Processo Administrativo PMSG nº 47.639/2022.

1.2 A partir das **10:30h do dia 28 de dezembro de 2022**, a Comissão Permanente de Licitação estará recebendo os envelopes contendo a Documentação e a Proposta de Preços das empresas interessadas em participar da presente Licitação, no **auditório da Secretaria Municipal de Saúde, localizado no G2 do São Gonçalo Shopping, à Avenida São Gonçalo nº 100, Boa Vista – São Gonçalo/ RJ**.

1.3 Fazem parte integrante do Edital os seguintes anexos:

Anexo I	<i>Estudo Técnico Preliminar</i>
Anexo II	<i>Projeto Básico</i>
Anexo III	<i>Planilha de Viabilidade Econômica</i>
Anexo IV	<i>Planilha Orçamentária de Custos Mensal</i>
Anexo V	<i>Modelo Carta de Apresentação da Proposta</i>
Anexo VI	<i>Modelo Atestado de Visita</i>
Anexo VII	<i>Declaração de Pleno Conhecimento do Local e de suas Condições</i>
Anexo VIII	<i>Declaração de ME/EPP</i>
Anexo IX	<i>Declaração de Não Empregar Menor</i>
Anexo X	<i>Declaração de Fatos Supervenientes</i>
Anexo XI	<i>Minuta de Contrato</i>
Anexo XII	<i>Mapas</i>



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS**

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

2 – DO OBJETO E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

2.1 Constitui o objeto da presente concorrência a contratação de empresa especializada para Implantação e Operacionalização do Sistema Rotativo de Estacionamento em vias e logradouros no Município de São Gonçalo/RJ – “**ZONA AZUL**”. de acordo com as especificações e os detalhes constantes no Projeto Básico e especificações técnicas – integrante do presente EDITAL.

2.1.1 **Modalidade:** Concorrência Pública - Tipo Maior Oferta de percentual de repasse mensal sobre a arrecadação, com base no Inciso IV do Parágrafo Primeiro do Artigo 45 da Lei Federal nº 8.666/1993 e inciso II, artigo 15 da Lei 8987/95.

2.1.2 **Prazo da Concessão:** 15 anos, renovável por igual período

2.1.3 **Valor Estimado:** R\$ 160.314.008,40 (cento e sessenta milhões, trezentos e quatorze mil, oito reais e quarenta centavos)

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar da presente licitação todos os interessados que comprovarem possuir os requisitos de qualificação exigidos neste Edital.

3.2 Não poderão participar as empresas declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal.

3.3 Não serão admitidas à presente licitação as empresas que se encontrem sob o regime falimentar. **As empresas em recuperação judicial que tenham seu plano de recuperação aprovado pelo juízo competente poderão participar do certame.**

3.4 Não será admitida a representação de mais de 01 (uma) empresa licitante por 01 (uma) pessoa física ou jurídica, nem a participação de mais de 01 (uma) empresa sob o controle de 01 (um) mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.

3.5 Não será permitida, ainda, a participação de empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico seja servidor do Município ou de suas sociedades paraestatais, fundações ou autarquias, em consonância com o disposto no art. 9º, Inc. III da Lei Federal nº. 8.666/93.

3.6 A participação nesta licitação importa ao proponente a irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, excetuando-se as impugnações efetuadas na forma do §2º, do Art. 41 da Lei nº 8.666/93.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS**

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

3.7 Da forma e prazo para impugnar o presente Edital:

3.7.1 Os interessados poderão formular impugnações ao edital em até 02 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, no seguinte endereço: Departamento de Protocolo Geral, situado à Rua Feliciano Sodré, nº 100 – Centro de São Gonçalo/RJ – Sede da Prefeitura Municipal de São Gonçalo. Ou, de forma eletrônica pelo seguinte endereço: cpl.semcomp@gmail.com.

3.7.2 Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, o licitante que não o fizer **até o segundo dia útil** que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, como dispõe o artigo 41, §2º da Lei 8.666/1993.

3.7.3 **Qualquer cidadão** é parte legítima para impugnar o presente Edital, devendo protocolar o pedido no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, até **05 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.

3.7.4 A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

3.8 Do Representante e do Credenciamento:

3.8.1 A empresa licitante poderá ser representada, no presente certame licitatório, por procurador legalmente habilitado, desde que apresentado o instrumento procuratório, com firma reconhecida, até o início da sessão de abertura dos envelopes.

3.8.2 O credenciamento deverá estar na parte externa do ENVELOPE 01.

3.8.3 A não apresentação ou incorreção do documento de representação pelo Procurador não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma.

3.9 Da possibilidade de participação de consórcio:

3.9.1 Será admitida a participação de empresas em Consórcio. Para a PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO, deverão ser atendidas as condições previstas no Art. 33 da Lei nº 8.666/1993 e as estabelecidas no Edital.

3.9.2 14.2 Não poderá participar do consórcio empresa ou firma na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, servidor, empregado ou ocupante de cargo comissionado no Município de São Gonçalo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

3.9.3 Não poderá participar do consórcio pessoa física ou jurídica que tenha sido indicada, nesta mesma licitação, como subcontratada de outra licitante, quando for permitida a subcontratação.

3.9.4 A empresa integrante de consórcio não poderá participar, isoladamente ou em mais de um consórcio, na mesma licitação. Também estará impedida empresa ou firma na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de empresa consorciada.

3.9.5 No caso da participação de consórcios, serão exigidas as comprovações de Habilitação de CADA UMA DAS EMPRESAS participantes do consórcio.

3.9.6 Os consorciados deverão apresentar, além dos documentos exigidos neste Projeto Básico, o TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO, que deverá atender aos seguintes critérios, sob pena de desclassificação:

- Discriminar a empresa líder;
- Detalhar a participação, as obrigações e a responsabilidade solidária de cada consorciado pelos atos praticados por qualquer deles tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;
- Declarar que o consórcio não se constitui, nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta da de seus membros, nem terá denominação própria ou diferente de seus consorciados.

3.9.7 O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitado e suas possíveis prorrogações.

3.9.8 A licitante vencedora, no caso de consórcio, fica obrigada a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio nos termos do compromisso.

3.9.11 No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

3.9.12 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012.

3.10 Da Subconcessão:

3.10.11 Conforme artigo 26 da Lei nº 8987/95 é admitida a subconcessão, nos termos previstos



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS**

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.

§1º A outorga de subconcessão será sempre precedida de concorrência.

§2º O subconcessionário se sub-rogará todos os direitos e obrigações da subconcorrente dentro dos limites da subconcessão.

3.10.2 Conforme artigo 27 da Lei nº 8987/95 - A transferência da concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.

§1º Para fins de obtenção da anuência de que trata o caput deste artigo, o pretendente deverá:

I - atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e

II - comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.

3.10.3 A subconcessão será em todo regida pelo que preceitua os artigos 26 e 27 da Lei nº 8987/95.

4. DAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO DO CREDENCIAMENTO, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

4.1 No local, data e hora indicados no preâmbulo deste EDITAL, a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO receberá o credenciamento e os envelopes de habilitação, e proposta comercial.

4.2 A Administração reserva-se o direito de transferir o local, a data e a hora para o recebimento dos envelopes e a abertura das propostas, descabendo, em função disso, qualquer direito das LICITANTES à indenização.

4.3 O credenciamento deverá estar na parte externa do ENVELOPE 01.

4.4 Serão exigidos 02 (dois) envelopes:

a. ENVELOPE 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – deverá atender ao **item “5.3”** deste EDITAL.

b. ENVELOPE 02 – PROPOSTA – deverá conter os seguintes documentos: Carta de Apresentação da Proposta (conforme Modelo Anexo V) juntamente com o comprovante de compromisso de constituição de CONSÓRCIO, se for o caso.

4.5 Os documentos relativos ao ENVELOPE 01 e ao ENVELOPE 02 deverão ser apresentados



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS**

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

em envelopes separados, fechados e indevassáveis, sob pena de desclassificação, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE "A" – DOCUMENTAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA PMSG Nº 019/2022

DATA DA ABERTURA: 28/12/2022

HORÁRIO: 10:30_ HORAS

NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE:

ENVELOPE "B" – PROPOSTA DE PREÇOS

CONCORRÊNCIA PÚBLICA PMSG Nº 019/2022

DATA DA ABERTURA: 28/12/2022

HORÁRIO: 10:30 HORAS

NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE:

4.6 Depois de iniciados os trabalhos de abertura do ENVELOPE 01 não serão recebidos outros documentos, nem serão permitidos quaisquer adendos ou alterações nos documentos que tiverem sido apresentados, ressalvada a possibilidade de realização de diligências pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

4.7 Somente terão direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações, impugnações ou recursos e assinar atas, os representantes credenciados pelas LICITANTES, com poderes para tal, nos termos do item 3.8, e os membros da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO presentes às reuniões.

4.7.1 Os representantes credenciados pelas LICITANTES deverão estar munidos de documento hábil de identificação em todos os atos da presente CONCORRÊNCIA.

4.8 A rubrica aposta em documentação não implicará o reconhecimento da validade de seu conteúdo, mas tão somente a sua existência legal.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

4.9 De todas as reuniões do procedimento licitatório serão lavradas atas, as quais conterão as principais ocorrências, inclusive eventuais manifestações dos proponentes, por eles reduzidas a termo, devendo as atas serem assinadas pelos membros da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO presentes à reunião e pelos representantes das LICITANTES devidamente credenciados.

4.10 É facultado à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, sempre que julgar necessário, determinar a realização de reuniões específicas para divulgar o resultado de suas decisões.

4.11 Todos os atos do procedimento licitatório serão públicos.

4.12 A LICITANTE é responsável, sob as penas da lei, pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

4.13 A irregularidade que não afete o conteúdo ou idoneidade do documento não constituirá causa de inabilitação ou de desclassificação.

5. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTA

5.1 No **ENVELOPE "A" – DOCUMENTAÇÃO** deverão ser apresentados os documentos a seguir discriminados, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por funcionário qualificado da Comissão Permanente de Licitação, mediante apresentação de originais para confronto, dentro dos seus respectivos prazos de validade.

5.1.1 No caso da necessidade de autenticação por funcionário qualificado da Comissão Permanente de Licitação, esta deverá ocorrer na forma acima em até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário marcado para o recebimento dos envelopes de documentação e de proposta de preços, sendo vedada a autenticação de documentos durante a sessão de julgamento, sob pena de inabilitação ou desclassificação do certame.

5.1.2 O proponente arcará com todos os custos diretos ou indiretos para a preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado do processo licitatório.

5.2 Relativos à Habilitação Jurídica:

5.2.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual;

5.2.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados, em se tratando de Sociedades Comerciais, e no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

5.2.3 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhado de prova da composição da Diretoria em exercício;

5.2.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.3 Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

5.3.1 Prova de inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.3.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.3.3 Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei. A regularidade será comprovada através de Certidões Negativas de Débito ou Positivas com Efeito de Negativas.

5.3.4 Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e/ou Municipal apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da Licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas.

5.3.5 Certidão de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Lei Federal nº 12.440/2011).

5.3.7 Os documentos constantes nos subitens 5.3.3, 5.3.4, 5.3.5 e 5.3.6, deverão ter validade na data estipulada no item 1.2.

5.3.8 A comprovação da regularidade fiscal das MICROEMPRESAS – ME e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato, **entretanto, ditas empresas por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

5.3.9 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

5.3.10 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 5.3.9, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.3.11 As certidões descritas no Item 6 que não possuam prazo de validade expresso, deverão ter sido expedidas há menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento e abertura da proposta.

5.4 Relativos à Qualificação Técnica:

5.4.1 A licitante deverá apresentar comprovação de aptidão da empresa para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto do certame, através de certidão ou atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado. **O referido documento deverá comprovar que o licitante tem a capacidade de executar gerenciamento e exploração de estacionamento rotativo.**

5.4.2 Documentação fiscal e trabalhista

5.4.3 A Licitante deverá apresentar, também, Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física. Os licitantes sediados em outros Municípios ou em outros Estados da Federação deverão apresentar juntamente com as certidões negativas exigidas Certidão da Corregedoria do Estado da sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falência e concordatas. As certidões deverão ter sido expedidas há menos de 90 (noventa) dias, da data da realização do certame.

5.4.4 Por fim, visando a comprovação da capacidade técnica da empresa, deverá apresentar na data da realização do certame.

- a) Plano de viabilização para fiscalização por telefones/palm/câmeras móveis.
- b) Plano de viabilização de instalação de central instalada na SEMTRAN - Secretaria Municipal de Transportes que apura em tempo real infrações de trânsito tais como, parar em local proibido, estacionamento em local não adequado; para que seja enviado um fiscal da prefeitura para que seja lavrada a autuação.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS**

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

5.5 Relativos à Qualificação Econômica –Financeira

5.5.1 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, ou balanço de abertura, no caso de empresa recém - estabelecida, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e Propostas das Licitantes.

5.5.2 – Entenda-se por “na forma da Lei” o seguinte:

Quando S.A. - balanço patrimonial devidamente registrado (art. 289, *caput* §5º da Lei federal n.º 6404/76), publicado em Diário Oficial;

Quando outra forma societária - balanço patrimonial acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído (art. 5º, §2º do Decreto-lei 486/69), autenticado pelo órgão competente, e assinado pelos representantes legais e por contador ou técnico em contabilidade, registrado no Conselho de Contabilidade, nos termos estabelecidos no §2º do artigo 12 do Decreto-Lei nº 9.245/46;

5.5.3 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física. Os licitantes sediados em outros Municípios ou em outros Estados da Federação deverão apresentar juntamente com as certidões negativas exigidas, Certidão da Corregedoria do Estado da sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falência e concordatas.

5.5.4 A licitante que esteja em recuperação judicial ou com pedido homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, deverá apresentar comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do artigo 58, da Lei nº 11.101/2005.

5.5.5 Para a Licitante sediada em outra Comarca ou Estado, onde já esteja em funcionamento o Processo Judicial Eletrônico-PJe, a Certidão de falência ou recuperação judicial



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

deverá ser requerida diretamente ao Tribunal de Justiça do Estado-TJe.

5.5.5.1 As certidões deverão ter sido expedidas há menos de 90 (noventa) dias, da data da realização da licitação.

5.5.6 – Em atendimento ao disposto no §2º do art. 31 da Lei nº 8666/93, a licitante deve comprovar possuir Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total estimado para o objeto desta licitação. Esta comprovação deverá ser feita com documento que demonstre o arquivamento do ato correspondente na Junta Comercial ou R.C.P.J., admitida à atualização na forma do art.31, do parágrafo 3º, da Lei Federal 8.666/93.

5.5.7 – Do envelope “A” – DOCUMENTAÇÃO deverá constar ainda “Declaração” expressa assinada pelo legítimo representante da empresa licitante, na forma do modelo Anexo VIII, em atendimento ao disposto no Inciso XXXIII, Artigo 7º da Constituição Federal, Inciso V do Art. 27 da Lei Federal 8.666/93, da Lei Federal Nº 9854/99 e do Decreto nº 4358/2002, relativos à Utilização de Mão-de-Obra Infantil.

5.5.8 - Declaração que se **enquadra** na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do Art. 3º da LC 123/2006, Lei Municipal nº 357/2011 e não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º daquele Artigo, conforme Anexo XII.

5.6 Da Visita Técnica

5.6.1 Os licitantes interessados em realizar a vistoria técnica, deverão realizar agendamento prévio, que deverá ser realizado em dias úteis, das 9h às 16h, até o último dia útil imediatamente anterior ao dia do certame licitatório na Secretaria Municipal de Transportes através do email transportes.gabinete@pmsg.rj.gov.br.

5.6.2 A ausência da visitação prévia do local não será impedimento à participação da interessada na licitação, cabendo-lhe, porém, arcar com as consequências da sua omissão, não podendo alegar discrepância, omissão ou erro, transgressões a normas técnicas, regulamentos ou posturas de leis em vigor que venha a detectar posteriormente.

5.6.3 A Declaração de Visitação e Conhecimento do Local da Concessão deverá ser assinado por servidor da Secretaria Municipal de Transportes e representante da empresa licitante por



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

ocasião da vistoria técnica. O representante da empresa deverá comparecer na Secretaria acima munido de carta de apresentação da empresa licitante, ou, quando se tratar de responsável técnico dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será realizada mediante apresentação de cópia do Contrato Social ou certidão da Junta Comercial ou Ato Constitutivo devidamente atualizado, registrado no órgão competente, suficiente para comprovação de que trata o inciso III do artigo 30 da Lei Federal 8.666/93.

5.6.4 Caso a licitante não queira comparecer ao local e realizar a vistoria técnica, ficará desobrigada da apresentação da **Declaração de Visitação e Conhecimento do Local da Concessão**, contudo deverá apresentar na ocasião da licitação **Declaração de Conhecimento dos Serviços**, não podendo invocar, posteriormente, nenhum desconhecimento como elemento imperativo da formulação de sua proposta ou cumprimento das obrigações assumidas nesta licitação. Esta declaração deverá ser incluída no envelope com a documentação de habilitação.

6. DO PROCEDIMENTO DA ETAPA DE ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1. Os ENVELOPES 01 serão abertos no dia, hora e local estabelecidos no preâmbulo deste EDITAL.

6.2 Os ENVELOPES 02 serão rubricados pelos representantes credenciados das proponentes e pelos membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO presentes à reunião.

6.2.1 Estes envelopes ficarão sob a guarda da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, acondicionados em invólucros devidamente fechados à vista dos presentes, em caso de suspensão da sessão.

6.2.2 Os ENVELOPES 02 poderão ser abertos posteriormente ou em datas designadas pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e comunicadas aos licitantes.

7. DO JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. A presente licitação será processada e julgada em observância aos procedimentos abaixo discriminados.

7.2. No local, dia e hora previstos neste Edital, em sessão pública, deverão comparecer os licitantes, com os envelopes "A", e "B", apresentados na forma anteriormente definida. Os licitantes se farão presentes por seus representantes legais, procuradores ou prepostos que, para tanto deverão estar munidos da sua carteira de identidade e da carta de credenciamento firmada pelo representante legal da empresa contendo outorga de poderes específicos para todos os atos da licitação, inclusive para a desistência de recursos.

7.3. Nessa mesma sessão, que poderá ser realizada em mais de um dia, desde que tal se



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

faça necessário para o completo exame dos documentos apresentados, serão recebidos os envelopes de todos os licitantes presentes e abertos os envelopes "A", podendo a documentação deles constante ser examinada por todos os representantes devidamente credenciados, que a rubricarão, juntamente com os membros da Comissão Permanente de Licitação. Nesta fase, para facilitar o processo de análise dos documentos da habilitação, poderá ser nomeada Comissão de Licitantes.

7.4. Após a abertura dos envelopes "A", a sessão poderá ser suspensa para julgamento da habilitação.

7.5. Os envelopes "B" serão mantidos fechados, sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação, que os rubricará, juntamente com os representantes credenciados presentes ou pela Comissão de Licitantes.

7.6. Da Sessão de recebimento e da abertura dos envelopes "A" será lavrada Ata circunstanciada, que será assinada pelos representantes credenciados presentes ou pela Comissão de Licitantes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação. Serão habilitados os licitantes que atenderem integralmente as condições previstas neste Edital.

7.7. Comunicado o resultado aos licitantes, poder-se-á passar imediatamente à abertura dos envelopes "B", desde que todos os licitantes renunciem expressamente ao direito de recorrer da decisão relativa a habilitação. Os licitantes inabilitados, desde que renunciem ao direito de recorrer, receberão em devolução os envelopes "B", fechados. Dessa fase será lavrada Ata circunstanciada, que será assinada pelos representantes credenciados presentes ou pela Comissão de Licitantes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação.

7.8. Não ocorrendo renúncia expressa ao direito de recorrer por parte de todos os licitantes, será designada nova data para abertura dos envelopes "B", observando-se os prazos de recurso estabelecido em Lei.

7.9. Ultrapassada a fase de habilitação, a Comissão Permanente de Licitação não mais poderá inabilitar os licitantes, salvo em razão de fatos supervenientes conhecidos após o julgamento.

7.10. No dia, hora e local marcados para o julgamento das propostas e decorrido o prazo sem interposição de recurso, tendo deste havido renúncia ou desistência expressa por parte de todos os licitantes ou, após o julgamento dos recursos interpostos, serão abertas as propostas de preços dos licitantes habilitados.

7.11. Uma vez abertos os envelopes "B" de Propostas de Preços, serão as mesmas tidas como imutáveis, não sendo admitidos quaisquer adendos tendentes a sanar falhas ou omissões, não mais podendo ser devolvidas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

- 7.12. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem, no todo ou em parte, as disposições deste Edital, aquelas que apresentarem preços que excedam o limite máximo estipulado ou ainda, manifestamente inexequível e também, serão desclassificadas as propostas que excedam o limite máximo estipulado, correspondente ao valor total estimado pela Administração e indicado no item 2.1.3.
- 7.13. Será declarada vencedora a proposta considerada exequível e que apresentar maior oferta de percentual de repasse mensal sobre arrecadação.
- 7.14. No caso de empate entre duas ou mais propostas e, **após obedecido o disposto no §2º do Art. 3º da Lei 8.666/1993**, será realizado sorteio como critério de desempate.
- 7.15. De acordo com a Lei Municipal nº. 357/2011 é assegurado como critério de desempate à preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
- 7.16. Entende-se por empate, nos termos da Lei Municipal nº. 357/2011, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 7.17. Ocorrendo o empate na forma acima, proceder-se-à da seguinte forma:
- 7.17.1. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- 8.17.2 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 8.17.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 8.17, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 8.17.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido do item 8.17, será realizado sorteio entre elas.
- 7.18. Na hipótese da não contratação nos termos previstos acima, será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 7.19. O disposto no item 8.17 e seus subitens, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.
- 7.20. Na hipótese de inabilitação de todos os licitantes ou desclassificação de todas as propostas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, devidamente escoimadas das causas que deram origem a tal situação.
- 7.21. O julgamento das propostas e classificação final das mesmas será objeto de Ata



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

circunstanciada, que será assinada pelos representantes credenciados presentes ou pela Comissão de Licitantes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação.

7.22. É facultado à Comissão, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveria constar originariamente da proposta, conforme § 3º, Art. 43 da Lei nº 8.666/93.

7.23. Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fatos supervenientes e aceito pela Comissão permanente de licitação.

7.24. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital ou baseada nas ofertas dos demais licitantes.

7.25. Não se admitirá proposta que apresente preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

7.26. A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

7.27. Serão desclassificadas as propostas que não estiverem assinadas pelo representante legal ou autorizado.

7.28. Para todos os efeitos jurídicos, as decisões proferidas pela Comissão serão havidas como publicadas e notificadas às licitantes, com o simples assentamento em Ata, se presentes todos os prepostos das licitantes no ato em que adotada a decisão. Caso contrário, as notificações ocorrerão através de publicação no Diário Oficial Eletrônico (D.O.E.) da Prefeitura Municipal de São Gonçalo.

8 – DOS RECURSOS

8.1 Das decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitação caberá recurso por parte dos participantes desta CONCORRÊNCIA PÚBLICA, nos termos do Art. 109, da Lei nº 8.666/93.

8.2 O recurso a que se refere este item deverá ser interposto à Comissão Permanente de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados na forma da Lei, devendo o mesmo ser protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de São Gonçalo ou, de forma eletrônica, através do e-mail: cpl.semcomp@gmail.com.

8.2.1 Para todos os efeitos jurídicos, as decisões proferidas pela Comissão serão havidas como publicadas e notificadas às licitantes, com o simples assentamento em Ata, se presentes todos os prepostos das licitantes no ato em que adotada a decisão. Caso contrário, as notificações ocorrerão através dos mesmos veículos utilizados nas publicações iniciais.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

8.3 Os recursos recebidos nas fases de habilitação e julgamento das propostas terão efeito suspensivo. Os demais recursos interpostos serão recebidos sem efeito suspensivo, facultada à autoridade competente atribuir-lhes eficácia suspensiva.

8.4 A interposição de recursos protelatórios e as impugnações ao Edital por pessoas físicas ou jurídicas que visem tumultuar e/ou retardar o processo licitatório, incidirá nas penalidades contidas no Artigo 93 da Lei Federal nº 8.666/93, com consequente responsabilidade civil e criminal que o ato ensejar.

8.5 Os recursos interpostos fora dos prazos legais, bem como aqueles protocolados em local distinto do indicado, não serão conhecidos.

9 – DA HOMOLOGAÇÃO E CONDIÇÕES CONTRATUAIS

9.1 A vigência do contrato por suas características será de 15 (quinze) anos, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, apenas uma vez, caso haja interesse entre as partes.

9.2 O contrato terá análise de viabilidade anual, da qual será processado especialmente o grau de eficiência do sistema podendo caso a SEMTRAN - Secretaria Municipal de Transportes julgue ineficiente serem exigidas as correções, sendo que uma vez não atendidas poderão provocar a rescisão do contrato.

9.3 Uma vez homologada a presente Licitação e adjudicado seu objeto, a Secretaria requisitante convocará a licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de o mesmo decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81, da Lei nº 8.666/93.

9.4 É facultado à Administração, quando o(s) convocado(s) não assinar(em) o Termo de Contrato ou não aceitar(em) ou retirar(em) o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com o presente Edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no Art. 81 da Lei 8.666/93.

9.5 Farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição, as instruções contidas neste Edital, os documentos nele referenciados, além da proposta apresentada pela licitante vencedora.

9.6 O valor a ser atribuído ao Contrato será aquele resultante da(s) proposta(s) vencedora(s).

9.7 Atendida a conveniência administrativa fica(m) a(s) licitante(s) vencedora(s) obrigada(s) a aceitar(em), nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões que o Contratante entender necessário, conforme § 1º, Art. 65, da Lei nº 8.666/93.

9.8 A licitante vencedora se obrigará a manter durante a vigência do Contrato todas as



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS**

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

condições de habilitação exigidas neste Edital.

9.9 O Contrato decorrente da presente licitação ficará subordinado às Normas da Lei nº 8.666/93, e vinculado ao presente Edital.

10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

10.1 Caberá à Concessionária, além das obrigações estabelecidas no Edital:

10.1.1 Executar os serviços objeto do certame de acordo com a técnica aplicável a trabalhos desta natureza, com zelo e diligência, bem como com rigorosa observância às especificações e anexos do Projeto Básico e dos demais detalhes e ordens que emanarem da Secretaria Municipal de Transporte.

10.1.2 A exploração comercial deverá observar e se ater às atividades descritas no Projeto Básico.

10.1.3 Arcar com todas as despesas de transporte, operação e manutenção relativa à mobilização e desmobilização de seu pessoal e equipamento.

10.1.4 Manter representantes que estarão credenciados a representá-la em todos os atos referentes à concessão. Estes representantes terão como substitutos, em seus impedimentos ocasionais, seus auxiliares diretos, credenciados perante a Secretaria Municipal de Transporte, os quais ficarão também permanentemente no local.

10.1.5 Na hipótese da Concessionária necessitar substituir seus propositos, deverá informar o nome dos substitutos por escrito à Concedente.

10.1.6 Facilitar para a Secretaria Municipal de Transportes todos os meios necessários à fiscalização dos serviços, fornecendo toda a documentação requerida.

10.1.7 Fornecer toda a mão de obra necessária aos serviços objeto deste Contrato, assumindo total responsabilidade pelo pagamento dos salários e demais direitos e vantagens de seus empregados, bem como pelo fiel cumprimento de todas as obrigações e exigências decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária em vigor.

10.1.8 Nenhum vínculo empregatício se estabelecerá entre os empregados da Concessionária, ou de suas subcontratadas, com a Concedente.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS**

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

10.1.9 Respeitar rigorosamente a legislação pertinente e em especial, as normas e diretrizes emanadas do Poder Executivo Municipais.

10.1.10 Fornecer todos os materiais e equipamentos para os serviços objeto desta concessão, ficando a cargo destas o transporte dos equipamentos de sua propriedade a serem alocados aos serviços, sem nenhum ônus para Concedente.

10.1.11 Correrão por conta exclusiva da Concessionária quaisquer indenizações por danos e/ou prejuízos causados por ela ou suas subcontratadas á Concedente ou a terceiros.

10.1.12 A Concessionária será a única responsável pela guarda, dos equipamentos e materiais objeto da presente licitação, bem como das instalações relacionadas, cumprindo-lhe prever e prover o necessário seguro, a fim de acautelar danos ou prejuízos decorrentes de incêndio, raio, explosão, vendaval, danos elétricos, impacto de veículos, responsabilidade civil, queda de avião.

10.1.13 Obriga-se á Concessionária a manter-se perfeitamente em dia com o pagamento de todas as obrigações fiscais e sociais, inclusive com as contribuições previdenciárias, bem como a exigir das eventuais subcontratadas rigorosa comprovação de idênticas quitações.

10.1.14 A Concessionária deverá efetuar o pagamento do valor mensal fixado a título de remuneração da concessão, conforme previsto no Projeto Básico.

10.1.15 Obriga-se a Concessionária a ressarcir os créditos não utilizados pelos usuários, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término do contrato.

10.1.16 Obriga-se a Concessionária a publicar demonstrações financeiras periódicas.

10.1.17 A Concessionária obriga-se a substituir ou prorrogar o prazo da garantia oferecida, caso expire a validade da mesma antes do encerramento do contrato.

10.1.18 Obriga-se a Concessionária em tomar todas as providencias e adotar as medidas necessárias para garantir a adequada e satisfatória operação do sistema, tais como:

- a) Gerenciamento;
- b) Treinamento de pessoal;
- c) Fornecimento de uniformes, equipamentos, materiais de consumo, combustível e impressos;
- d) Confecções de placas de sinalização vertical e horizontal das vagas, atendendo as normas do CONTRAN;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS**

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

- e) Disponibilização de veículos para a fiscalização;
- f) Outros gastos decorrentes de atividades correlatas a serem desenvolvidas
- g) Manter os usuários permanente e suficientemente informados acerca do funcionamento do sistema.

11– DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

11.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Concessionária, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

11.4 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços.

11.5 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais estabelecidos na legislação pertinente.

12 – DO REAJUSTAMENTO

12.1 A tarifa, por ato do Chefe do Poder Executivo, poderá ser reajustada anualmente pelo IPCA ou índice que vier a substituí-lo ou corrigida após um ano de contrato e após demonstrado pela concessionária, através de planilha própria, que existe desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

13– DO REPASSE

13.1 A licitação na forma de outorga não onerosa será vencida pela empresa que oferecer o maior percentual de repasse mensal, para a Prefeitura, da arrecadação total obtidos na exploração dos estacionamentos públicos nos diversos logradouros de São Gonçalo/RJ.

13.2 O repasse mensal da empresa vencedora para a Prefeitura não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) da arrecadação total do serviço.

13.3 Os repasses mensais deverão ser pagos até o dia 20 (vinte) do mês subsequente, e calculados



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS**

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

em função da arrecadação do mês anterior.

13.4 O não pagamento das parcelas mensais do repasse por três meses seguidos ou o não pagamento dos repasses mensais por três meses intercalados implicará na imediata rescisão do contrato.

14– DA FISCALIZAÇÃO

14.1 A fiscalização do contrato será exercida por três servidores lotados na Secretaria Municipal de Transportes e nomeado pelo Secretário Municipal de Transportes.

14.2 A FISCALIZAÇÃO terá plena autoridade para suspender por meios amigáveis ou não, os serviços, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente por motivos técnicos, de segurança, disciplinares ou outros. Neste caso, os serviços só poderão ser reiniciados por nova ordem da FISCALIZAÇÃO.

14.3 A CONCESSIONÁRIA deverá aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação, controle, ensaio e medição adotados pela FISCALIZAÇÃO em todo e qualquer serviço e operação.

14.4 Ficam reservados à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou não previstos no Contrato e em tudo o mais que de qualquer forma se relacione ou venha a se relacionar direta ou indiretamente, com os serviços em questão. Em caso de dúvida, a FISCALIZAÇÃO submeterá o assunto à instância superior.

16.5 A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONCESSIONÁRIA no que concerne às instalações e serviços, sempre de conformidade com o Contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

16.6 A CONCESSIONÁRIA deverá permanentemente prover dos meios, à disposição da FISCALIZAÇÃO, necessários e aptos a permitir a verificação dos serviços, bem como a inspeção dos equipamentos, independentemente das inspeções agendadas.

16.7 A CONCESSIONÁRIA deverá informar à FISCALIZAÇÃO, por escrito, quaisquer condições significativamente diferentes das indicadas nos projetos ou que possam vir a alterar os prazos executivos, quantidade e qualidade dos serviços e obras controlados, antes que tais condições sejam alteradas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

16.8 A FISCALIZAÇÃO poderá exigir, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela CONCESSIONÁRIA providências suplementares necessárias à segurança e ao bom andamento dos serviços.

16.9 De acordo com as necessidades da FISCALIZAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá facilitar as atividades de outros órgãos e concessionárias que venham a prestar serviços no local estabelecidos para o estacionamento rotativo.

16.10 Auditoria e Verificação

16.10.1 A Concedente poderá conferir e auditar o sistema em funcionamento, acessando os registros das transações operacionais e os pontos de controle e verificação, bem como todos os registros e controles administrativos referentes à exploração dos serviços objeto desta Concessão.

16.10.2 A Concessionária deverá ter registro atualizado da quantidade de vagas de estacionamento discriminadas por zonas, ruas, equipamentos eletrônicos e trabalhos de sinalização efetuados.

16.11 Capacidade de Expansão e Atualização

16.11.1 Os parâmetros e abrangência funcionais atualmente definidos neste Projeto Básico poderão ser objeto de revisão futura pela Concedente, em função da experiência adquirida com a implantação de equipamentos eletrônicos e uso do sistema de estacionamento rotativo, bem assim considerando as eventuais necessidades de adequação para melhor atendimento à demanda de prestação de serviços aos usuários, respeitando o equilíbrio econômico financeiro do contrato.

17 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Pelo descumprimento parcial ou total de qualquer disposição prevista neste instrumento, poderá o Município, garantida a prévia defesa e o contraditório, aplicar às licitantes as seguintes sanções:

I - Advertência;

II –Multa ;

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Poder Concedente, por período não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.2 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

17.3 A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação para tal.

17.4 No caso de aplicação de advertência, multa por descumprimento parcial ou total de qualquer disposição prevista neste instrumento, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade, caberá apresentação de recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

17.5 Nos prazos de defesa prévia e recurso, será aberta vista do processo aos interessados.

17.6 Os recursos contra a aplicação de penalidades terão efeito suspensivo, visando resguardar o amplo contraditório e o duplo grau de análise.

17.7 A advertência poderá ser aplicada quando ocorrer:

- I - Descumprimento parcial ou total de qualquer disposição prevista neste instrumento que não acarretem quaisquer prejuízos para o bom andamento do certame ou para a execução do contrato;
- II - No caso de pequenos transtornos ao andamento do certame, desde que sua gravidade não recomende a aplicação também de multa, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

17.8 O Poder Concedente poderá aplicar à Concessionária multa por descumprimento parcial ou total de qualquer disposição prevista neste instrumento baseada nos seguintes critérios:

I - A Concessionária arcará com multa moratória, no mês de referência da infração, com base nos seguintes parâmetros:

- a) De 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do repasse ao Poder Concedente, por dia de atraso, limitado a 10% (dez por cento), por não iniciar a prestação dos serviços no prazo estabelecido;
- b) De 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do repasse ao Poder Concedente, por dia de atraso, limitado a 10% (dez por cento), para cada etapa de execução prevista neste projeto, caso este seja injustificado;
- c) De 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do repasse ao Poder Concedente, por dia, limitado a 10% (dez por cento), por empregado, a cada ocorrência, que execute as atividades sem uniforme e sem a devida identificação;
- d) De 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do repasse ao Poder Concedente, por dia, limitado a 10% (dez por cento), por não complementar ou substituir os serviços ou produtos que estiverem



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

em desacordo com as características, condições, especificações técnicas e/ou quantidades contratadas estabelecidas;

e) De 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do repasse ao Poder Concedente, por dia, limitado a 10% (dez por cento), pela utilização de materiais em quantidade e características técnicas inferiores aos informados;

f) De 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do repasse ao Poder Concedente, por dia, limitado a 10% (dez por cento), por componente da equipe que, a pedido do Poder Concedente, não seja substituído, nos termos do Contrato.

II - A Concessionária arcará também com multa indenizatória de 0,5 % (meio por cento) sobre o valor do repasse ao Poder Concedente, no mês de referência da infração, quando a mesma:

a) Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;

b) Desatender às determinações da fiscalização;

c) Cometer quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais ou municipais, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, tributárias, previdenciárias e sociais;

d) Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por culpa ou dolo, que venha a causar danos ao Poder Concedente ou a terceiros, independentemente da obrigação da Concessionária em reparar os danos causados;

e) Não alocar os recursos humanos previstos no Contrato.

III - A Concessionária arcará com multa indenizatória de 1% (um por cento) sobre o valor total deste Contrato se rescindir, sem justificativa, ou transferir, sem prévia permissão, o objeto deste Instrumento Contratual a terceiros, independentemente de ser esta última hipótese causa de rescisão.

17.9 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a licitante da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos e da correção da falha detectada.

17.10 A multa aplicada à licitante e os prejuízos por ela causados à Secretaria serão cobrados direta ou judicialmente, até o limite dos valores devidos e prejuízos causados ao Poder Concedente.

17.11 Após devidamente processados e julgados eventuais defesas e recursos, a multa aplicada à licitante deverá ser paga no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da decisão final quanto à sanção, sob pena da incidência das consequências contratuais e legais da mora.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

17.12 A suspensão temporária poderá ser aplicada quando ocorrer:

- I - Apresentação de documentos falsos ou falsificados, bem como qualquer ato fraudulento, ressalvadas a hipótese de aplicação de declaração de inidoneidade;
- II - Reincidência de descumprimento parcial ou total de qualquer disposição prevista neste instrumento;
- III - Descumprimento parcial ou total de qualquer disposição prevista neste instrumento que acarretem prejuízos para o bom andamento do certame ou para a execução do contrato;
- IV - Reincidência na aplicação das penalidades de advertência e/ou multa; e
- V - Demais casos previstos em normas legais ou regulamentares.

17.13 A declaração de inidoneidade, estabelecida no inciso IV do item 17.1, nos moldes do parágrafo 3º do artigo 87 da Lei nº 8666/93, é de competência exclusiva do Secretário Municipal de Transportes, e poderá ser proposta constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do certame ou da Secretaria, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízo à Secretaria ou aplicações sucessivas de outras penalidades, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

18 – DA GARANTIA

18.1 A Concessionária assumirá plena responsabilidade pelos serviços prestados, abrangendo a qualidade, bem como a eventual necessidade de substituição daqueles que não se apresentem em condição de uso necessário para o cumprimento das obrigações contratuais.

a. A licitante vencedora deverá manter e reapresentar a garantia de 0,5% (zero virgula cinco por cento) no valor estimado da licitação, na assinatura do contrato, em uma das modalidades previstas no artigo 56, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93. Seus reforços poderão ser igualmente prestados nas modalidades previstas no § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

b. A garantia contratual prestada pela licitante vencedora somente será restituída após integral cumprimento do Contrato, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da licitante.

19 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

19.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

- a. Na hipótese de todas as LICITANTES serem inabilitadas ou de todas as propostas serem desclassificadas, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá fixar às LICITANTES o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas que motivaram a inabilitação ou desclassificação, conforme § 3º do art. 48 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- b. O Município de São Gonçalo poderá revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por interesse público, devidamente justificado, sem que caiba às LICITANTES direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.
- c. O Município de São Gonçalo deverá anular a presente licitação, no todo ou em parte, de ofício ou por provocação, sempre que ocorrer ilegalidade. A anulação do procedimento licitatório não gera direito à indenização, salvo nos casos legais.
- d. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.
- e. As reuniões de abertura dos envelopes serão sempre públicas e de prévia ciência das LICITANTES.
- f. A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO reserva-se o direito de realizar o julgamento dos documentos de habilitação e das propostas reservadamente ou em público.
- g. Será facultado à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, bem como solicitar aos órgãos competentes, a critério do Município de São Gonçalo, a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar a decisão.
- h. Após a fase de habilitação não caberá desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.
- i. O acolhimento das propostas e sua classificação final no certame licitatório não geram direito adquirido às proponentes à adjudicação dos serviços que constituem o objeto desta licitação.
- j. A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO poderá proceder a inspeções, auditorias e realizar ou determinar diligências a qualquer tempo, bem como valer-se de assessoramento técnico, para, se for o caso, esclarecer dúvidas e conferir informações e registros oferecidos pelos LICITANTES.
- k. O LICITANTE, sempre que solicitado, deverá disponibilizar para a COMISSÃO



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS**

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2022

PERMANENTE DE LICITAÇÃO seus livros, registros contábeis e fiscais, quando houver necessidade de comprovação de dados para a correta avaliação, certificação e comprovação da situação financeira do LICITANTE, suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes deste EDITAL.

23– DOS CASOS OMISSOS

23.1 Aplicam-se a este Edital as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, incorporando as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, de 8 de junho de 1994.

23.2 Observadas as disposições legais, ficam reservados à fiscalização o direito e autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previstos neste instrumento e seus anexos, nas especificações do Projeto Básico, e em tudo que se relacione direta ou indiretamente com a prestação dos serviços.

23.3 Para fiel cumprimento das condições estabelecidas neste Edital, fica desde já, eleito o foro da Comarca de São Gonçalo-RJ, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Gonçalo, 28 de Novembro de 2022.

FABIO RICARDO FONTES LEMOS
Secretário Municipal de Transportes
Matrícula 124.497